

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África – CPIPETRO

**REQUERIMENTO N.º , DE 2015
(Da Sra. Eliziane Gama e do Sr. Moses Rodrigues)**

Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do senhor Fernando Antonio Falcão Soares.

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelênci, com base no § 3º, do art. 58, da Constituição Federal – CF, a transferência dos sigilos fiscal e bancário e telefônico do senhor FERNANDO ANTONIO FALCÃO SOARES, CPF 490.187.015-72, no período compreendido entre 01/01/2005 até a presente data.

JUSTIFICAÇÃO

O Conselho da Petrobras decidiu prosseguir com a ação judicial no caso Pasadena, contudo, os executivos da Astra Oil tentaram buscar formas de encerrar o caso amigavelmente – o oposto do que asseguravam, meses antes, os advogados da Petrobras. Nesse sentido, Mike Winget, presidente da Astra nos Estados Unidos, e Kari Burke, diretora da empresa, vieram ao Brasil diversas vezes, em busca de contatos políticos que resolvessem o caso definitivamente. Os diretores da Astra queriam duas coisas: que a Petrobras pagasse os US\$ 639 milhões e que as duas empresas voltassem a fazer negócios. A Astra Oil procurou o Senhor Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, que mantinha relações profissionais com o Senhor Paulo Roberto (então diretor da Petrobras) para que resolvesse o caso. Segundo a reportagem publicada pela Revista Época, o Senhor Fernando Soares não conseguiu resolver a questão de forma amigável. Os dois executivos da Astra conseguiram até que o senador norte americano Ted Kennedy enviasse uma carta à presidência da

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África – CPIPETRO

Petrobras, tentando convencer a estatal a encerrar o caso para o que apelou para a boa relação entre os dois países, tudo sem sucesso.

Todavia, a Polícia Federal suspeita que o doleiro Alberto Youssef, alvo da Operação Lava Jato, pagou R\$ 7,9 milhões em propinas para o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, entre 2011 e 2012. Os pagamentos, segundo a PF, estavam "relacionados a obras da refinaria Abreu e Lima, licitada pela Petrobras na qual o investigado (Costa) teve participação" e teriam sido intermediados por Fernando Soares.

Sala das Reuniões, em de março de 2015.

**Dep. Eliziane Gama
PPS/MA**

**Dep. Moses Rodrigues
PPS/MA**